

1 Q609603 Pedagogia > Legislação da Educação , Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações

Ano: 2014 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de São José dos Campos - SP Prova: VUNESP - 2014 - Prefeitura de São José dos Campos - SP - Professor II - Educação Física

Com relação ao direito à profissionalização e à proteção no trabalho, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao adolescente maior de quatorze anos de idade

- (A) é assegurada bolsa de aprendizagem de, ao menos, 1 (um) salário-mínimo.
- (B) são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- (C) é proibido qualquer tipo de trabalho, mesmo na condição de aprendiz.
- (D) são proibidas atividades de trabalho que ultrapassem 3 (três) horas diárias.
- (E) é permitido trabalhar entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco do dia seguinte.

2 Q931075 Pedagogia > Legislação da Educação , Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações

Ano: 2018 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos - SP Prova: VUNESP - 2018 - Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos - SP - Professor de Educação Básica I

Acerca do direito à educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990) estabelece que

- (A) o acesso à educação infantil e ao ensino fundamental e gratuito é direito público objetivo.
- (B) o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.
- (C) compete ao Conselho Tutelar recensear os educandos no Ensino Fundamental e Médio.
- (D) o Conselho Tutelar estimulará pesquisas com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.
- (E) o Conselho Tutelar deve estabelecer os valores culturais, artísticos e históricos adequados ao desenvolvimento da criança e do adolescente.

3 Q892678 Pedagogia > Legislação da Educação , Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações

Ano: 2018 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de Garça - SP Prova: VUNESP - 2018 - Prefeitura de Garça - SP - Professor de Educação Básica I

O artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que, no caso de reiteradas faltas injustificadas do aluno, ou no caso de evasão escolar, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental deverão comunicar o fato ao Conselho

- (A) Escolar.
- (B) Estadual de Direitos.
- (C) Tutelar.
- (D) Municipal de Direitos.
- (E) Municipal de Educação.

4 Q939998 Pedagogia > Legislação da Educação , Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações

Ano: 2015 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de Poá - SP Prova: VUNESP - 2015 - Prefeitura de Poá - SP - Professor Adjunto de Educação Básica I

A mãe de um aluno matriculado em uma das escolas da rede municipal, tendo ouvido uma notícia sobre a atuação do Conselho Tutelar de Poá, procurou pela professora de seu filho para saber o que é o Conselho Tutelar. Assim, a professora explicou corretamente à mãe que, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90, trata-se de um órgão

- (A) permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (B) responsável por formular políticas públicas para atender crianças e adolescentes do município.

- (C) a quem compete aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou ao adolescente.
- (D) que deve promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes.
- (E) responsável por promover e acompanhar as ações de paternidade e os procedimentos de suspensão e destituição do poder familiar.

5 Q931058 Pedagogia > Legislação da Educação , Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações , Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e suas alterações

Temas Educacionais Pedagógicos , Gestão Democrática

Ano: 2018 **Banca:** VUNESP **Órgão:** Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos - SP **Prova:** VUNESP - 2018 - Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos - SP - Professor de Educação Básica I

Tanto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA quanto na Lei Federal nº 9.394/1996 – LDB, a efetividade do direito à educação das crianças e dos adolescentes deve contar com a ação integrada dos agentes escolares e pais ou responsáveis [...] o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação reforça a importância da participação das famílias e da comunidade na busca da melhoria da qualidade da educação básica (Castro; Regattieri, 2009). Nesse sentido, entre as diretrizes para gestores e profissionais da Educação, o Plano propõe

- (A) erradicar o analfabetismo.
- (B) proceder à universalização do atendimento escolar.
- (C) oferecer a educação em tempo integral.
- (D) oferecer educação profissional para a comunidade na escola.
- (E) transformar a escola num espaço comunitário.

6 Q258891 Pedagogia > Legislação da Educação , Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações

Ano: 2011 **Banca:** VUNESP **Órgão:** SAP-SP **Prova:** VUNESP - 2011 - SAP-SP - Analista Sociocultural - Pedagogia

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) , Lei n.º 8.069/90, atribui à criança e ao adolescente prioridade absoluta no atendimento aos seus direitos como cidadãos brasileiros. Em relação à educação, o art. 53 estabelece que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

I. acesso à escola gratuita próxima de sua residência; II. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; III. direito de ser respeitado por seus educadores; IV. direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores. São verdadeiras apenas as afirmações contidas em

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

7 Q510888 Pedagogia > Legislação da Educação , Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações , Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e suas alterações

Ano: 2015 **Banca:** VUNESP **Órgão:** Prefeitura de Suzano - SP **Prova:** VUNESP - 2015 - Prefeitura de Suzano - SP - Professor de Educação Básica - Educação Física

Segundo a nova LDB (1996), os profissionais da educação devem ser os responsáveis pelos processos de aprendizagem, mas não estão sozinhos nessa tarefa, pois essa Lei prevê a ação integrada das escolas e das famílias. Também o ECA, Lei nº 8.069/90, art. 53, parágrafo único, dispõe sobre o direito dos pais e responsáveis de participar da definição das propostas educacionais. No entanto, as relações entre família e escola são frequentemente marcadas pela assimetria de poder entre profissionais de educação e familiares, fazendo com que a participação da família na vida e no cotidiano escolar seja pouca ou inexistente. Para melhorar essa relação, Castro e Regattieri (2009) sugerem que a escola

- (A) convoque, em caráter compulsório, os familiares para a participação em conselhos escolares e associações de pais e mestres.
- (B) aumente a nota dos alunos cujos pais ou responsáveis compareçam regularmente às reuniões e eventos escolares.
- (C) exija, das famílias ausentes, presença mais constante e, no caso de impossibilidade, que elas recebam visitas de pais atuantes na APM.
- (D) comunique aos pais com participação insuficiente nas atividades que envolvem a família que seus nomes serão enviados ao Conselho Tutelar.

- (E) identifique as condições de cada família, para então negociar, de acordo com seus limites e possibilidades, a melhor forma de ação conjunta.

8 Q577522 Pedagogia > Legislação da Educação , Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações , Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e suas alterações

Ano: 2015 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de Suzano - SP Prova: VUNESP - 2015 - Prefeitura de Suzano - SP - Professor de Educação Básica - 30 horas

Castro e Regattieri (2009) destacam, em seus estudos sobre as relações contemporâneas escola-família, que na realização do direito da criança e do adolescente à educação,

- (A) transformar a escola em instituição assistencialista dará maior relevo a seu papel de ator fundamental na realização desse direito.
- (B) à escola deve ser dado o relevo a seu papel de ator fundamental e exclusivo para a plena realização desse direito.
- (C) de todos os equipamentos do Estado, os Conselhos Tutelares são os que devem ter a maior relevância em relação aos demais atores da rede de proteção social.
- (D) deve-se contar com a ação integrada dos agentes escolares e pais ou responsáveis, prevista tanto na LDB como no ECA.
- (E) o Conselho Tutelar possui capacidade legal de interferência em assuntos internos da escola.

9 Q577523 Pedagogia > Legislação da Educação , Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações , Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e suas alterações Políticas Educacionais , Plano de Metas: Compromisso Todos pela Educação

Ano: 2015 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de Suzano - SP Prova: VUNESP - 2015 - Prefeitura de Suzano - SP - Professor de Educação Básica - 30 horas

É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. Castro e Regattieri (2009) referem-se ao trecho como

- (A) uma das disposições legais do ECA, aplicada às escolas.
- (B) uma das disposições legais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- (C) orientação constante na Carta Internacional dos Direitos à Criança, de 1987.
- (D) diretriz do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, do PDE.
- (E) uma determinação que os Conselhos Escolares e os Educadores podem cumprir se julgarem pertinente.

Respostas

1: B 2: B 3: C 4: A 5: E 6: E 7: E 8: D 9: A